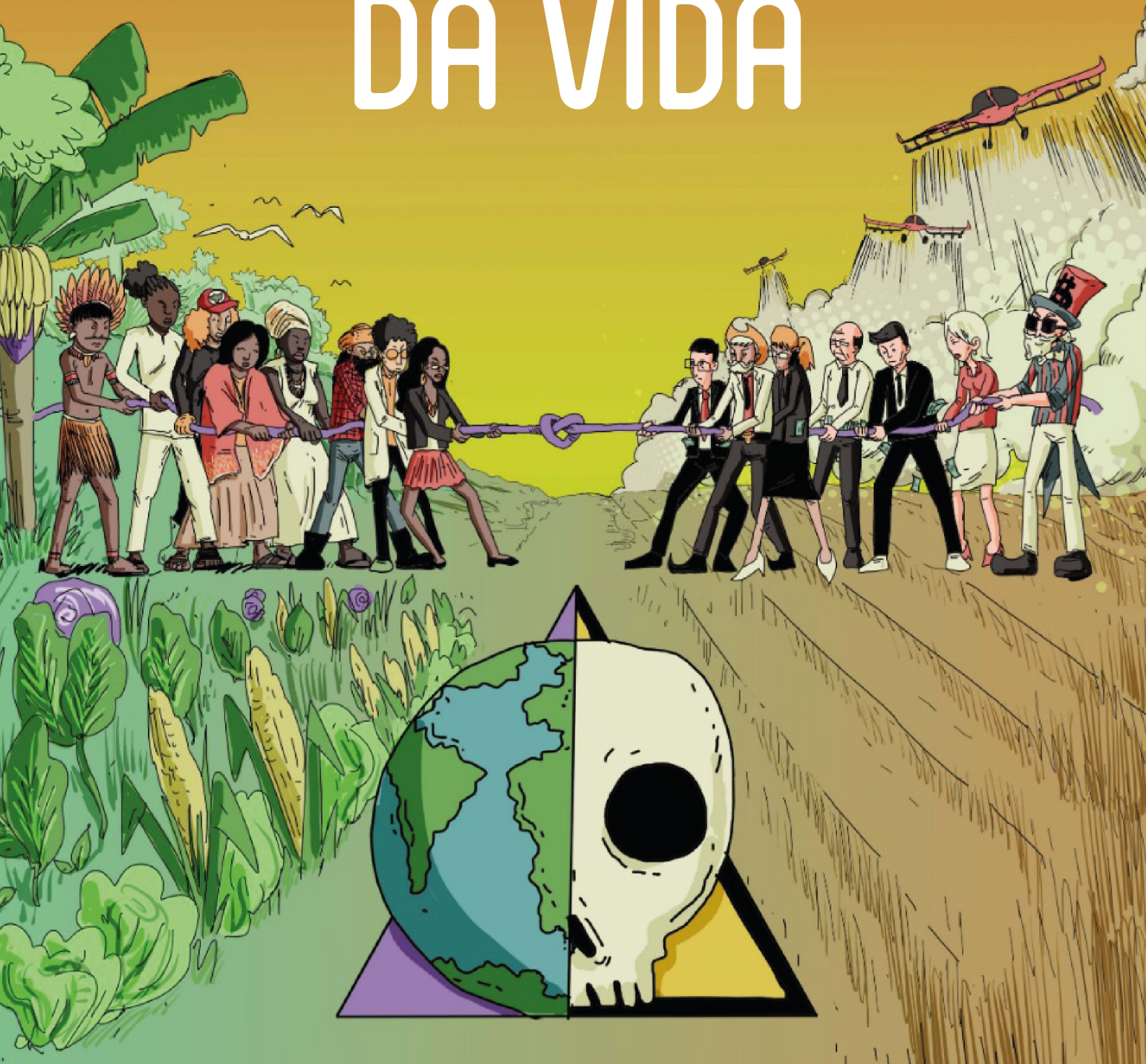


DOSSIÊ

CONTRA O PACOTE DO VENENO

E EM DEFESA DA VIDA



Organizadoras e organizadores:

Karen Friedrich

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Juliana Acosta Santorum

Amanda Vieira Leão

Naila Saskia Melo Andrade

Fernando Ferreira Carneiro

Organização:

ABRASCO, ABA – Agroecologia e Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida

Apoio:

Instituto Ibirapitanga, Fiocruz

Parceria:

Articulação Nacional de Agroecologia

Editoras:

ABRASCO, Expressão Popular, HUCITEC, Rede Unida

Design visual:

Webert da Cruz

Ilustrações:

Oberon Blenner

DESSENTAÇÃO

Há vários anos a bancada ruralista vem se articulando no Congresso Nacional para desmontar o já frágil aparato regulatório brasileiro, diminuindo a importância das medidas de proteção à saúde e ao ambiente no processo de registro e fiscalização do uso de agrotóxicos, em nome de uma suposta desburocratização e da falácia da produção de “alimentos mais seguros”.

Um grande passo nessa direção foi dado com a aprovação do substitutivo do Projeto de Lei (PL) n.º 6.299/2002 em 2018. O PL, que trata da alteração no marco regulatório dos agrotóxicos e era objeto de análise em uma comissão especial no Congresso Nacional, foi alterado diversas vezes ao longo dos trabalhos, sendo a ele anexado um crescente número de projetos.

Desta forma, foi adotada a expressão “Pacote do Veneno”, para dar a exata dimensão de um conjunto de medidas que têm a mesma pretensão: jogar mais veneno no nosso solo, no ar, na água e nos alimentos. A comissão especial era composta majoritariamente por deputados da bancada ruralista que, nas suas prestações de contas oficiais

ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), registram fartos financiamentos de campanha pelo agronegócio, quando era permitido esse tipo de financiamento eleitoral.

Do outro lado, contra o Pacote do Veneno, se colocam instituições de pesquisa, sociedades científicas, órgãos técnicos das áreas de saúde e ambiente, e a sociedade civil organizada, incluindo a plataforma #ChegaDeAgrotóxicos que recolheu mais de 1.700.000 assinaturas. O debate alcançou a esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), que enviou nota alertando para os perigos da proposta.

Com o objetivo de visibilizar e subsidiar esse debate que deve envolver toda a sociedade brasileira, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) organizaram em 2018 o Dossiê Científico e Técnico contra o Projeto de Lei n.º 6.229/2002 — o Pacote do Veneno e em favor do Projeto de Lei n.º 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA). Para tanto, foram reunidas as 25 Notas Técnicas públicas contrárias ao Pacote do Veneno, agregando uma análise integrada de todos os argumentos apresentados. A única nota técnica pública que apoiou o Pacote do Veneno, e mesmo assim com ressalvas, também foi analisada. O quadro abaixo cita as notas analisadas.

CONTRÁRIAS	Instituições Científicas Públicas	FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
		INCA – Instituto Nacional de Câncer
	Sociedades Científicas	ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
		SBEM – Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia
		SBMFC – Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
		SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

CONTRÁRIOS	Órgãos Técnicos	ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
		ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
		DSAST/MS – Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador/Ministério da Saúde
		IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
	Entidades de Representação da Gestão Estadual e Municipal do SUS	Nota conjunta CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde e CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
	Órgãos do Poder Judiciário	DPU – Defensoria Pública Geral da União
MPF – Ministério Público Federal		
MPT – Ministério Público do Trabalho		
CONTRÁRIOS	Órgãos de Controle Social	CNDH – Conselho Nacional dos Direitos Humanos
		CNS – Conselho Nacional de Saúde
		CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
		FBCA – Fórum Baiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos
		FECEAGRO/RN – Fórum Estadual de Combate aos efeitos dos Agrotóxicos na Saúde do Trabalhador, no Meio Ambiente e na Sociedade
		Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos
		MPCON – Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor
CONTRÁRIAS	Organizações da Sociedade Civil	PLATAFORMA #ChegaDeAgrotóxicos
		Recomendações do relatório da Human Rights Watch – “Você não quer mais respirar veneno”
		SNVS – Servidores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
Outra natureza	ONU – Organização das Nações Unidas	
FAVORÁVEL	Órgãos Técnicos	EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ao mesmo tempo, de forma propositiva, são apresentados neste Dossiê os argumentos que justificam a aprovação do PL que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), que também foi analisado em comissão especial na Câmara dos Deputados no ano de 2018. Na ocasião, o parecer favorável do relator foi aprovado, fruto de uma potente mobilização social por investimentos públicos para que alternativas técnicas aos agrotóxicos sejam disseminadas e/ou desenvolvidas, contribuindo para a promoção de modelo de produção agrícola que, a um só tempo, atenda às necessidades de produção alimentar em quantidade, qualidade e diversidade, e ainda promovam a saúde coletiva e a conservação ambiental.

Passados mais de dois anos da aprovação do Pacote do Veneno e da PNARA, nas respectivas comissões especiais, estes PL que consideramos antagônicos, ainda não foram apreciados pelo plenário da Câmara dos Deputados. Assim, a ABRASCO e a ABA-Agroecologia, agora em parceria com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, fizeram o presente esforço de revisar e atualizar o Dossiê. Com isso, objetiva-se não apenas documentar todo o processo, como, e principalmente, também subsidiar técnica e cientificamente as lutas no cenário legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, travadas por parlamentares e, sobretudo, pelos movimentos populares e organizações da sociedade civil em defesa da saúde humana e ambiental e da própria democracia.

Assim, pretendemos contribuir com um modelo de sociedade mais justa e sustentável, fomentando o debate com base em uma ciência que busca a promoção da vida e que não esteja refém dos interesses do mercado internacional e de seus agentes locais.

Presidência da ABA-Agroecologia

Romier da Paixão Sousa, 2018 -2019

Islandia Bezerra da Costa, 2020 - 2021

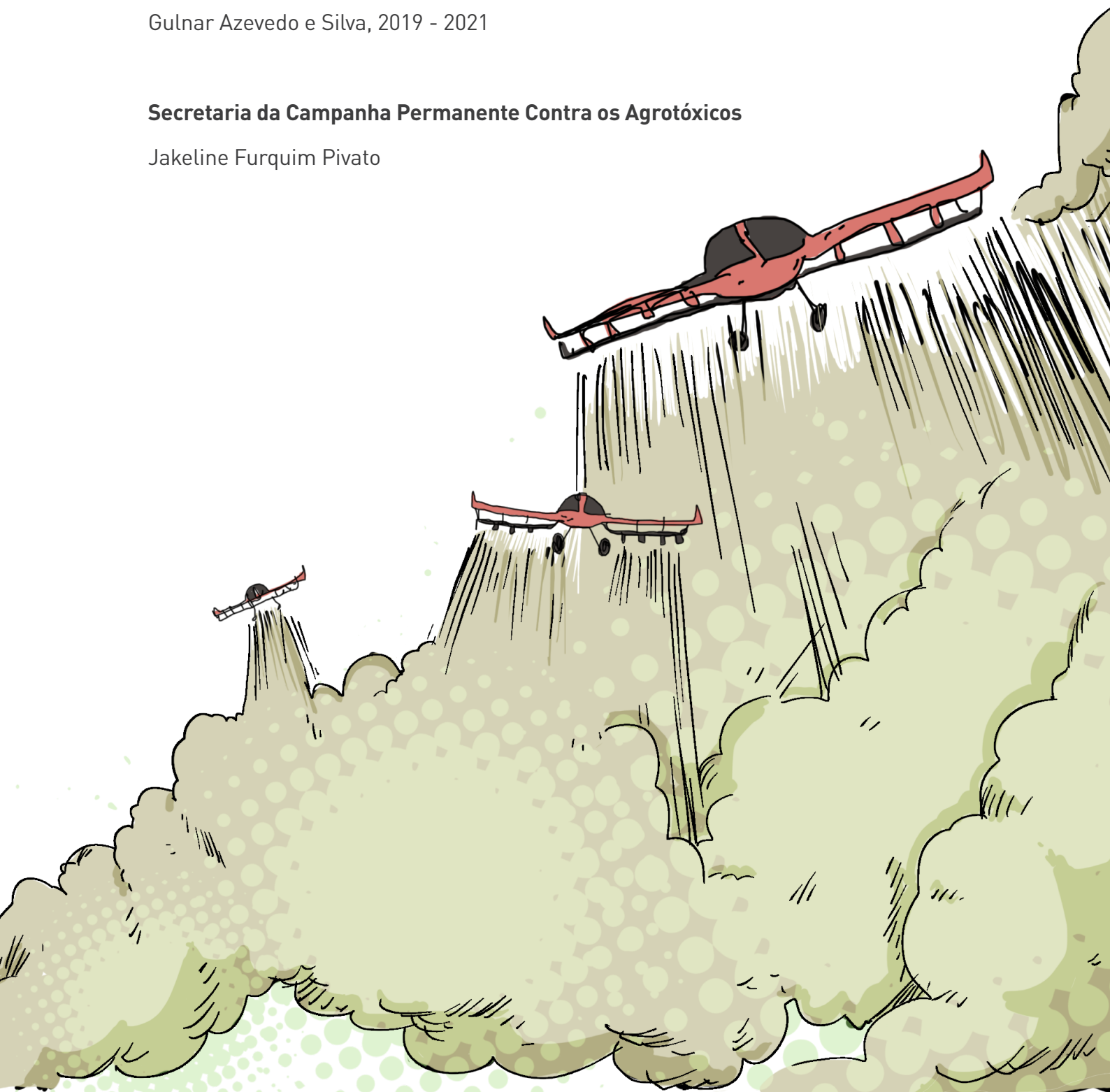
Presidência da ABRASCO

Gastão Wagner de Souza Campos, 2015 - 2018

Gulnar Azevedo e Silva, 2019 - 2021

Secretaria da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos

Jakeline Furquim Pivato





O documento está dividido em duas partes. A primeira intitulada: "Análise das bases científicas e técnicas das notas públicas contra o Pacote do Veneno" reúne cinco textos nos quais constam: i) um breve contexto sociopolítico da criação do PL n.º 6.299/2002; ii) uma linha do tempo com os principais acontecimentos tanto da tramitação deste PL, quanto da criação e tramitação do PL n.º 6.670/2016 (que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) e dá outras providencias), além de trazer um quadro comparativo entre ambos os PL; iii) as análises e notas técnicas das organizações, instituições e conselhos que se posicionaram contra o PL n.º 6.299/2002; iv) também promove a reflexão a partir de alguns questionamentos sobre o investimento público para o uso de agrotóxicos e v) o aumento dos registros de agrotóxicos até o ano de 2020, a alta toxicidade destes produtos, a ameaça à segurança alimentar e nutricional das populações, principalmente entre os grupos de maior vulnerabilidade como trabalhadoras e trabalhadores na agricultura e moradores de áreas rurais.

A segunda parte do dossiê intitulada: "Caminhos para a redução do uso de agrotóxicos no Brasil", reúne três textos que dão visibilidade a algumas experiências relacionadas à construção e consolidação de sistemas agroalimentares mais saudáveis e sustentáveis. Os textos trazem i) detalhes sobre a construção histórica da agroecologia, a criação e implementação de leis estaduais e municipais que contribuem para os avanços locais da agroecologia; traz para reflexão a importância da ampliação do debate público nos territórios sobre as diversas manifestações de produção de alimentos no campo e na cidade como uma alternativa não só de trabalho e de renda, mas também no acesso e na qualidade dos alimentos consumidos, fortalecendo, portanto, a convergência que a agroecologia tem com a saúde das populações. Traz também a sistematização de experiências que promovem a agroecologia e a restrição do uso de agrotóxicos em mapas apresentando os marcos regulatórios e institucionais nos estados e nos municípios. A segunda parte do dossiê é finalizada com um texto que aborda questões e afirmativas seguidas de uma análise crítica e explicativa a respeito dos fatos construídos sobre a agroecologia, à exemplo: a produção agroecológica e orgânica que já alimenta muitas populações, a agroecologia enquanto estratégia de promoção da vida e da saúde, a política de bioinsumos necessários à produção agroecológica e a construção do conhecimento agroecológico.

O Dossiê recebeu apoio financeiro do projeto "Agenda Estratégica de Pesquisa-Ação em Saúde no Tema dos Agrotóxicos" que teve como objetivo principal a produção de uma publicação com foco na desregulamentação dos agrotóxicos em curso no Brasil, com destaque para os projetos de lei supracitados (Pacote do Veneno e PNARA) contemplando uma análise dos impactos da liberação acelerada de agrotóxicos. Este projeto está vinculado à ABRASCO e é financiado pelo Instituto Ibirapitanga que têm apoiado ações de produção e sistematização do conhecimento em questões chave para o debate dos impactos dos agrotóxicos, assim como de outras ações e temas relacionados à alimentação - em uma perspectiva ampliada, através de sistemas agroalimentares baseados na agroecologia.

DA DENÚNCIA

AO ANÚNCIO:

UM GRITO

EM DEFESA

DA VIDA

O Brasil está diante do abismo. Empurrando-o para a queda livre estão as injustas reformas trabalhista e previdenciária; o fechamento de Grupos de Trabalho, Comissões e Conselhos, como o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional); sucateamento das instituições públicas de Ensino – do Fundamental, passando pelo Superior à Pós-graduação; subfinanciamento da ciência brasileira e do Sistema Único de Saúde; estímulo da reprimarização da economia, através dos excessivos aportes financeiros e benefícios fiscais para a produção de commodities agrícolas e minerais que degradam a natureza e levam a morte trabalhadores/as e os povos e as comunidades tradicionais.

A atual conjuntura apresenta outros vetores e nos empurra para uma crise humanitária e sanitária sem precedentes na história contemporânea brasileira - e dentre as piores também em escala mundial. Um dos eixos da necropolítica do atual governo brasileiro, é infodemia de fake news sobre modos de prevenção da pandemia de COVID-19 inseguros e ineficazes juntamente com a manada de ativistas digitais que ameaçam a democracia; assediam e violentam cientistas, profissionais de saúde da educação, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais; praticam misoginia, racismo e o fascismo.

Reforçando essa narrativa, recentemente foram relatados por comunidades de norte a sul do Brasil casos de pulverização intencional de agrotóxicos realizada por aeronaves agrícolas sobre áreas habitadas. Práticas que poderiam ser caracterizadas como uma guerra química para destruir experiências agroecológicas e famílias que lutam pelo direito à terra, para plantar comida.

Mas existe o outro lado, que ainda impede a queda livre, construindo asas. Onde estão a ciência brasileira comprometida com a vida e com a sobrevivência das populações mais vulnerabilizadas; profissionais da área da saúde, da educação, fiscais ambientais e sanitários; membros garantistas do judiciário; jornalistas comprometidos com a realidade; organizações da sociedade civil; agricultoras e agricultores familiares, e outros tantos trabalhadoras e trabalhadores, que apesar de essenciais, cumprem a jornada sem recursos mínimos de proteção contra a pandemia, que lotam transportes públicos e depois as UTI,

sem direitos, sem vacina, sem saúde, sem comida.

As últimas décadas de lutas pela comida sem veneno, pelo direito à terra – ainda que não tenham imaginado a atual conjuntura – já alertavam para a importância de uma rediscussão do modelo de produção agrícola que vinha sendo adotado. Apontando para a necessidade de consumir alimentos saudáveis que por si só já previne contra doenças crônicas, ao mesmo tempo que não carregam agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos que estão associados a formação de neoplasias, doenças neurológicas, disfunções hormonais e comprometimento das funções imunológicas. Indicando também a importância de promover o acesso à terra para milhares de famílias, através de políticas públicas robustas e permanentes. Isso não somente para garantir a maior disponibilidade e diversidade de alimentos, mas também para contribuir para a manutenção digna da população no campo e tornar os espaços urbanos menos inchados.

Infelizmente, a problemática dos agrotóxicos e todas suas interrelações com a conjuntura da pandemia de COVID-19 pode ser agravada. O Pacote do Veneno (PLnº 6299/02), certamente nos arremessará para um abismo sócioecossanitário sem precedentes. Mais venenos, cada vez mais tóxicos, com consequências ainda mais ocultadas pelo desmonte dos órgãos de saúde e das instâncias de controle social.

Esse livro reuniu e analisou em um único documento o sólido consenso técnico e científico embasado em 26 notas de sociedades científicas, órgãos técnicos, entidades da gestão estadual e municipal do SUS, órgãos do poder judiciário, órgãos de controle social, organizações da sociedade civil e até de Relatores Especiais da ONU contra o Pacote do Veneno que a bancada ruralista e o governo Bolsonaro quer que seja aprovado pelo Congresso Nacional.

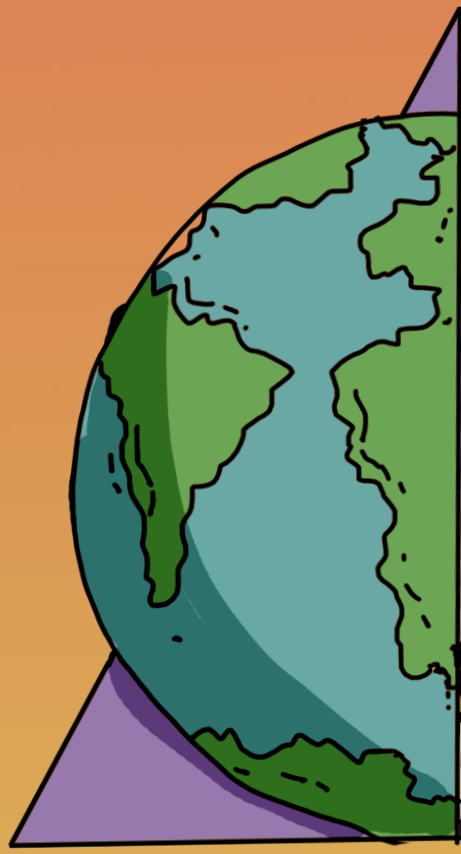
O Pacote do Veneno visa destruir o arcabouço regulatório de agrotóxicos no Brasil, que com todas as suas limitações, garantiu o olhar da saúde, ambiente e agricultura numa perspectiva que valorizasse as salvaguardas de cada área. O Pacote do Veneno irá concentrar no Ministério da Agricultura - historicamente mais permeável aos interesses das indústrias de

agrotóxicos - as principais decisões sobre o registro desses venenos no Brasil.

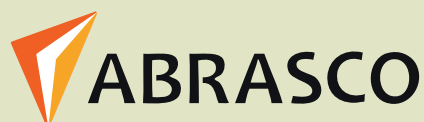
Entretanto, num movimento dialético, esse Dossiê apresenta políticas para o futuro. A Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos – PNARA que também aguarda para ser votada no Plenário da Câmara Federal - é a antítese do Pacote do Veneno.

Enquanto o Pacote do Veneno em nome do moderno, do suposto progresso irá amplificar a contaminação de ecossistemas e pessoas, a PNARA indica caminhos claros para o fomento a um outro modelo de agricultura por meio de políticas públicas que respeitem nossa biodiversidade e não ameacem a vida de milhares de trabalhadoras, trabalhadores, povos e comunidades tradicionais. O Dossiê analisa e desmistifica por meio de sólidas evidências científicas as críticas de que a agroecologia não é capaz de alimentar a população de forma eficiente e segura.

Esse Dossiê, conjuntamente com diversas outras ações, reações e resistências da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, da Articulação Nacional de Agroecologia, da Associação Brasileira de Agroecologia, da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e de tantas outras entidades e movimentos, se volta em última análise à garantia de direitos fundamentais e para o único caminho possível de sobrevivência — a produção de alimentos sem veneno. Novamente, é um grito contra o silêncio através da reunião de dados científicos, técnicos e políticos e um chamado para a ação. É como escreveu o poeta Pedro Terra: "O sonho vale uma vida? Não sei. Mas aprendi da escassa vida que gastei: a morte não sonha". É preciso darmos um grito: por uma agricultura sem venenos, com justiça social e que gere saúde.







CAMPANHA PERMANENTE CONTRA
OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

IBIRAPITANGA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA